



Às nove horas do dia trinta de junho de dois mil e quinze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ, SÉRGIO LEÃO**, e do Conselheiro Substituto **JOSÉ ALEXANDRE CUNHA PESSOA**, nos termos da Portaria nº 0785; ausência justificada do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocado o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do RI/TCM. Houve votação e aprovação das Atas das Sessões de nº's 036/2015 e 037/2015. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 530012006-00; Prefeitura Municipal de Oriximiná**; Prestação de Contas – 2006; Responsável: Argemiro José Wanderley Picanço Diniz; Instrução: Auditor Sérgio Dantas e 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de multa (Resolução nº 11.940). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa. **Processo nº 650012001-00; Prefeitura Municipal de Salinópolis**; Prestação de Contas – 2001; Responsável: Raimundo Paulo dos Santos Gomes; Instrução: Nair Centeno de Oliveira e Maria do Socorro Pessoa da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas (Resolução nº 11.941). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 880012010-00; Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará**; Prestação de Contas – 2010 - Contas de Governo; Responsável: Elias Guimarães Santiago; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator



proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o retorno do VOTO VISTA, para manifestação. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 880012010-00; Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2010 - Contas de Gestão; Responsável: Elias Guimarães Santiago; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o retorno do VOTO VISTA, para manifestação. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 400012006-00; Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru; Prestação de Contas – 2006; Responsável: Alcides Abreu Barra; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalva,. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multas (Resolução nº 11.942). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, da Conselheira Mara Lúcia e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1060012006-00; Prefeitura Municipal de Uruará; Prestação de Contas – 2006; Responsável: Eraldo Jorge Sebastião Pimenta; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalva. **Por maioria**: aplicação de multas (Resolução nº 11.943). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, e do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. **Processo nº 220012012-00; Prefeitura Municipal de Capanema; Prestação de Contas – 2012 - Contas de Governo; Responsável: Eslon Aguiar Martins; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O



81 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas
82 (Resolução nº 11.944). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação,
83 do Conselheiro Aloísio Chaves, e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 220012012-00;**
84 **Prefeitura Municipal de Capanema;** Prestação de Contas – 2012 - Contas de Gestão;
85 Responsável: Eslon Aguiar Martins; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
86 Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.915,**
87 **de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
88 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em**
89 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
90 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa
91 (Acórdão nº 27.113). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do
92 Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 600012007-00;**
93 **Prefeitura Municipal de Prainha;** Prestação de Contas – 2007; Responsável: Joaquim Vieira
94 Nunes; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da
95 Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.809, de**
96 **16.01.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
97 dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das conta. A matéria
98 foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
99 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade
100 das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por**
101 **maioria:** com aplicação de multas (Resolução nº 11.945). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão.
102 Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por ocasião da votação,
103 do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares.
104 **Processo nº 750012011-00; Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim;** Prestação
105 de Contas – 2011; Contas de Governo; Responsável: José Cristiano Martins Nunes; Instrução: 4ª
106 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio
107 José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.809, de 16.01.2015.** Cumprindo dispositivo
108 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
109 emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
110 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
111 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o
112 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 11.946).
113 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio
114 Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
115 **750012011-00; Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim;** Prestação de Contas –
116 2011; Contas de Gestão; Responsável: José Cristiano Martins Nunes; Instrução: 4ª Controladoria;
117 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;
118 **Publicado no DOE nº 32.809, de 16.01.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
119 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das conta. A
120 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência



proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.114). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares.

Processo nº 860012012-00; Prefeitura Municipal de Viseu; Prestação de Contas - 2012 - Contas de Governo; Responsável: Cristiano Dutra Vale; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.809, de 16.01.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão do parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão do parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalva (Resolução nº 11.947). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares.

Processo nº 860012012-00; Prefeitura Municipal de Viseu; Prestação de Contas – 2012 - Contas de Gestão; Responsável: Cristiano Dutra Vale; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.809, de 16.01.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa (Acórdão nº 27.116). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, e do Conselheiro Cezar Colares.

Processo nº 1410012007-00; Prefeitura Municipal de Quatipuru; Prestação de Contas – 2007; Responsável: Luiz Guilherme Alves Dias; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

Por maioria: com aplicação de multas (Resolução nº 11.948). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda.

Processo nº 710022013-00; Câmara Municipal de Santarém; Prestação de Contas – 2013 - Contas Anuais de Gestão; Responsável: Henderson Lira Pinto; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das conta. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade



das contas com ressalva, e aplicação de multa (Acórdão nº 27.117). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 720022009-00; Câmara Municipal de Santarém Novo; Prestação de Contas – 2009; Responsável: Denis Albert Araújo Silva; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva (Acórdão nº 27.118). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 882702010-00; Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2010; Responsável: Elielza do Socorro Reis da Silva; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das conta. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, aplicação de multas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.119). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 882722010-00; Fundo Municipal de Educação/FUNDEB de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2010; Responsável: Carmem Lúcia Guimarães Santiago; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.120). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 882712010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2010; Responsável: Elisângela Paiva Celestino; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu regularidade das contas, com ressalva e aplicação de multas (Acórdão nº 27.121). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 922242011-00; Fundo Municipal de Educação de Dom Eliseu; Prestação de Contas – 2011; Responsável: Roque Rodrigues Filho; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**



Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.122). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 882862010-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Concórdia do Pará;** Prestação de Contas – 2010; Responsável: Elisângela Paiva Celestino; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 27.123). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1330082013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Cachoeira do Piriá;** Prestação de Contas – 2013; Responsável: Ely Reis Nunes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, recolhimento e aplicação de multas (Acórdão nº 27.124). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 300052013-00; Fundo Municipal de Saúde de Faro;** Prestação de Contas – 2013; Responsável: Josenilda da Silva Machado e Walderly Leal Carvalho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.125). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Antonio José e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 360032013-00; Fundo Municipal de Saúde de Itaituba;** Prestação de Contas – 2013; Responsável: Horenice Cabral Moreira, Eliene Nunes de Oliveira e Cleoci Portela de Aguiar; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu



241 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade
242 das contas, com ressalva, das contas, com aplicação de multas das Ordenadoras, Horenice Cabral
243 Moreira e Cleoci Portela de Aguiar, e pela regularidade das contas de Eliene Nunes de Oliveira
244 (Acórdão nº 27.126). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação,
245 do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 414082013-00; Fundo Municipal de Assistência**
246 **Social de Magalhães Barata;** Prestação de Contas – 2013; Responsável: Maria José Pantoja;
247 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro
248 Cezar Colares. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o
249 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
250 contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
251 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
252 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento,
253 aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual
254 (Acórdão nº 27.127). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação,
255 do Conselheiro Aloísio Chaves, da Conselheira Mara Lúcia, e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo**
256 **nº 1420032013-00; Fundo Municipal de Saúde de São João da Ponta;** Prestação de Contas
257 – 2013; Responsável: Marlene Raimunda F. Neves (01.01 a 31.01) e Auro Corrêa Neves (01.02 a
258 31.12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
259 Conselheiro Cezar Colares **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo
260 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
261 regularidade das contas de responsabilidade de Marlene Raimunda F. Neves, e pela irregularidade
262 das contas de responsabilidade de Auro Corrêa Neves. A matéria foi colocada **em discussão.** O
263 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
264 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, das contas de responsabilidade
265 de Marlene Raimunda F. Neves, e pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e
266 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual de responsabilidade de Auro
267 Corrêa Neves (Acórdão nº 27.128). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião
268 da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 802252012-00; Fundeb de São**
269 **Sebastião da Boa Vista;** Prestação de Contas – 2012; Responsável: José Maria Gonçalves dos
270 Santos; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da
271 Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.**
272 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
273 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
274 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
275 decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento
276 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.129). Presidência do Conselheiro
277 Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
278 **824082011-00; Fundo Municipal de Educação de Soure;** Prestação de Contas – 2011;
279 Responsável: Rosiléia Felipe Brito; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
280 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.**



Retirado de pauta. **Processo nº 874012013-00; Fundo Municipal de Educação de Xinguara;**
Prestação de Contas – 2013; Responsável: Vilmones da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério
Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº**
32.915, de 26.06.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi
colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
Decisão: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e
aplicação de multas (Acórdão nº 27.130). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por
ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 104312009-00; Fundo**
Municipal de Assistência Social de Aveiro; Prestação de Contas – 2009 - Contas de Gestão
Responsável: Maria Gorete Dantas Xavier; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:
Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. **Publicado no DOE**
nº 32.915, de 26.06.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi
colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
Decisão: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva. **Por**
maioria: com aplicação de multas (Acórdão nº 27.131). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por ocasião da votação,
do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Sérgio Leão e do Conselheiro substituto Alexandre
Cunha. **Processo nº 224192011-00; Fundeb de Capanema;** Prestação de Contas – 2011 -
Contas de Gestão; Responsável: Francisca Liduina da Cruz; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério
Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. **Publicado**
no DOE nº 32.915, de 26.06.2015. Retirado de pauta. **Processo nº 224192012-00; Fundeb de**
Capanema; Prestação de Contas – 2012 - Contas de Gestão; Responsável: Francisca Liduina da
Cruz; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva;
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.**
Retirado de pauta. **Processo nº 223992012-00; Fundo Municipal de Assistência Social de**
Capanema; Prestação de Contas – 2012 - Contas de Gestão; Responsável: Tatiana Amoras Távora
Batista Martins; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.**
Retirado de pauta. **Processo nº 613982011-00; Fundo Municipal de Saúde de Primavera;**
Prestação de Contas – 2011; Contas de Gestão; Responsável: Maria Da Graças Oliveira Trindade
(01/01 a 08/07) e Antonio Sahid Santos da Silva (09/07 a 31/12); Instrução: 4ª Controladoria;
Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.
Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015. Retirado de pauta. **Processo nº 613982012-00;**
Fundo Municipal de Saúde de Primavera; Prestação de Contas – 2012 - Contas de Gestão;
Responsável: Antonio Sahid Santos da Silva (01.01 a 31.01) e Márcio Cristiano Reis Carvalho (01.02
a 31.12); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
Conselheiro Antonio José Guimarães. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Retirado de
pauta. **Processo nº 1040202013-00; Fundo Municipal de Meio Ambiente de Tailândia;**



Prestação de Contas – 2013 - Contas de Gestão; Responsável: Leonardo Miranda Biancardi; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 862052012-00; Fundo Municipal de Educação de Viseu;** Prestação de Contas – 2012 - Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sônia Maria Almeida dos Santos; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multas (Acórdão nº 27.132). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Sérgio Leão e do Conselheiro substituto Alexandre Cunha. **Processo nº 344062009-00; Fundo Municipal de Saúde de Inhangapi;** Prestação de Contas – 2009; Responsável: José Ernandes Brito da Silva; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.133). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 614002008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Primavera;** Prestação de Contas – 2008; Responsável: Ângela Paula Escorcio; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.134). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro substituto Alexandre Cunha. **Processo nº 1360042009-00; Fundo Municipal de Saúde de Floresta do Araguaia;** Prestação de Contas – 2009 - Contas de Gestão; Responsável: José Eufenios Araújo da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Aloísio Chaves). **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu



pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multas (Acórdão nº 27.135). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão.

Processo nº 214182006-00; Fundo Municipal de Saúde de Cametá; Prestação de Contas – 2006; Responsável: José Waldoli Filgueira Valente; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha. Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: aplicação de multas (Acórdão nº 27.136). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 214292006-00; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Cametá; Prestação de Contas - 2006 Responsável: José Waldoli Filgueira Valente; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha. Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: aplicação de multas (Acórdão nº 27.137). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 214192006-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Cametá; Prestação de Contas – 2006; Responsável: José Waldoli Filgueira Valente; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha. Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas. **Por maioria**: com aplicação de multas (Acórdão nº 27.138). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 714442013-00; Secretaria Municipal de Infraestrutura de Santarém; Prestação de Contas – 2013 - Contas de Gestão; Responsável: Edilson Pimentel de Sousa; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo



regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 27.139). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201405227-00 (1134092009-00); FUNDEB de Eldorado dos Carajás**; Recurso Ordinário contra a Decisão do Acórdão nº 24.386 (Prestação de Contas de 2009); Responsável: Jocélio da Costa Vieira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial, com a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso Ordinário, com a manutenção da decisão contida no Acórdão nº 24.386/TCM-PA, bem como das multas aplicadas, e do encaminhamento de fotocópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.140). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201506385-00 (832252010-00); Fundo Municipal de Assistência Social de Tomé-Açu**; Embargos – 2010; Responsável: Maria Edileuza de O. L. dos Santos; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total dos Embargos de Declaração, com a reforma da decisão anteriormente prolatada, pela aprovação das contas, com ressalva, e a manutenção das multas fixadas no Acórdão nº 24.004/2013 (Acórdão nº 27.141). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201212081-00 (200812316-00); Fundo Municipal de Assistência Social de Tucuruí**; Embargos – 2006; Responsável: Cláudio Furman; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial dos Embargos, para tornar insubsistente a decisão anteriormente prolatada com a reabertura da instrução processual, nos termos do voto da Conselheira Relatora (Resolução nº 11.949). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201303006-00; IPAMB/PMB/Belém**; Aposentadoria - Portaria nº 0087/2013, de 21.01.13; Interessada: Izabel Costa Pereira Pantoja; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº



27.142). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201306043-00; IPAMB/PMB/Belém;** Aposentadoria; Portaria nº 0430/2013, de 11.09.14; Interessada: Anna Maria Ramos Guimarães; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.143). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201306403-00; IPAMB/PMB/Belém;** Aposentadoria; Portaria nº 0261/2013, de 22.02.13; Interessado: José Maria Capistrano; Ministério Público: Procuradora Gerasl - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.144). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201307289-00; IPAMB/PMB/Belém;** Aposentadoria - Portaria nº 0432/2013, de 29.04.13; Interessada: Ana Lúcia Ribeiro Saraiva; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.145). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201318910-00; IPAMB/PMB/Belém;** Aposentadoria - Portaria nº 1.483/2013, de 23.10.13; Interessado: Jacob Marques; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.146). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201318917-00; IPAMB/PMB/Belém;** Aposentadoria - Portaria nº 1.436/2013, de 17.10.2013; Interessado: Laércio Borges de Azevedo; Ministério: Público Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.147). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201319032-00; IPAMB/PMB/Belém;**



Aposentadoria - Portaria nº 1.457/2013, de 21.10.13; Interessada: Heliana Maria Makllouf dos Santos Bordallo; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.148). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201319033-00; IPAMB/PMB/Belém**; Aposentadoria - Portaria nº 1.481/2013, de 23.10.13; Interessada: Doralice Lima da Cruz; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.149). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201319034-00; IPAMB/PMB/Belém**; Aposentadoria - Portaria nº 1.484/2013, de 23.10.13; Interessada: Edna Maria Lopes da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.150). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201319036-00; IPAMB/PMB/Belém**; Aposentadoria - Portaria nº 1.475/2013, de 23.10.13; Interessada: Maria Doracy Souza Lima; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.151). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201321501-00; IPAMB/PMB/Belém**; Aposentadoria - Portaria nº 1.649/2013, de 19.11.13; Interessada: Celeste Maria Couto Spinelli; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.152). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201321695-00; IPAMB/PMB/Belém**; Aposentadoria - Portaria nº 1.729/2013, de 04.12.13; Interessada: Maria de Nazaré Gomes Lima; Ministério Público; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.



Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.153). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201321696-00; IPAMB/PMB/Belém; Aposentadoria - Portaria nº 1.718/2013, de 03.12.13; Interessada: Marla Christine Cardoso de Sousa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.154). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201321698-00; IPAMB/PMB/Belém; Aposentadoria - Portaria nº 1.733/2013, de 05.12.13; Interessada: Maria de Nazaré da Silva Moraes; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo Registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo Registro do Ato (Acórdão nº 27.155). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201313823-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria - Portaria nº 091/2013, de 26.08.13; Interessada: Maria José do Nascimento Oliveira; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.156). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201315309-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria - Portaria nº 104/2013, de 24.09.13; Interessada: Inezila Silva da Trindade; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.157). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201311963-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria - Portaria nº 075/2013, de 22.07.13; Interessada: Maria Lúcia Lima de Azevedo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº**



32.915, de 26.06.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.158). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201213427-00; IPMA de Abaetetuba**; Aposentadoria; Interessado: Raimundo Nonato Cardoso; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.159). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201207590-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua**; Aposentadoria; Interessada: Luiza Coelho Pantoja; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Sala. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.160). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201219623-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua**; Assunto: Aposentadoria; Interessada: Maria Hilda Seixas; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.161). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201301121-00; Instituto de Previdência do Município de Breves**; Aposentadoria – 2012 - Portaria nº 000084/2012, de 23.10.2012; Interessada: Ivone Marques Martins; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares). **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.162). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201301123-00; Instituto de Previdência do Município de Breves**; Aposentadoria – 2012; Portaria nº 095/2012, de 22.11.2012; Interessada: Creuza da Costa Araújo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:



601 Conselheiro Substituto para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar
602 Colares). Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o
603 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
604 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**,
605 ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
606 **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.163). Presidência do Conselheiro Sérgio
607 Leão. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201313420-00;**
608 **Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Belém;** Convênio nº 001/2013;
609 Responsável: José Cláudio Carneiro Alves; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
610 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº**
611 **32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
612 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro do Ato. A matéria foi colocada **em**
613 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
614 Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Ato (Resolução nº 11.966). Presidência do
615 Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheiro Daniel Lavareda.
616 **Processo nº 201220364-00; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá;** Outros -
617 Auditoria Operacional; Responsável: João Salame Neto; Relator: Conselheiro Antonio José
618 Guimarães. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº**
619 **201406482-00; Prefeitura Municipal de Oriximiná;** Ato - Lei nº 8.414, de 02.04.2014, que
620 trata do reajuste salarial dos Servidores e Agentes Públicos; Interessado: Luiz Gonzaga Viana Filho;
621 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. **Publicado**
622 **no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
623 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro do Ato. A matéria foi colocada
624 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
625 Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Ato (Resolução nº 11.951). Presidência do
626 Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda.
627 **Processo nº 201503715-00; Câmara Municipal de Eldorado dos Carajás;** Diária - Resolução
628 nº 003/2015, de 02.02.15; Interessado: Valmir Gomes Solidade; Ministério Público: Procuradora
629 Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. **Publicado no DOE**
630 **nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
631 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro do Ato, com ressalva. A matéria foi
632 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
633 **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastro parcial do Ato com as recomendações
634 presentes no voto (Resolução nº 11.952). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por
635 ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201203747-00; Câmara**
636 **Municipal de Magalhães Barata;** Diária - 2012 Resolução nº 002/2012, que dispõe sobre a
637 concessão de Diárias para Vereadores e Servidores da Câmara; Interessado: Frutuoso Gonçalves de
638 Oliveira; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
639 Sérgio Leão. **Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o
640 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro do Ato. A



matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Ato (Resolução nº 11.953). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 30012008-00; Prefeitura Municipal de Afuá; Reabertura de Instrução (Prestação de Contas de 2008); Responsável: Odimar Wanderley Salomão; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada (Resolução nº 11.954). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 33982008-00; Fundo Municipal de Saúde de Afuá; Reabertura de Instrução (Prestação de Contas 2008); Responsável: Denise Maria França Oliveira (01.01 a 30.04) e Maricleia Freitas da Rocha (01.05 a 31.12.08); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada (Resolução nº 11.955). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 33992008-00; Fundo Municipal de Educação de Afuá; Reabertura de Instrução (Prestação de Contas 2008); Responsável: Kelly Cristina dos Santos Salomão (01.01 a 30.06) e Francisco Leite dos Santos (01.07. a 31.12.08); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.915, de 26.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada (Resolução nº 11.956). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201508757-00; B. A. Meio Ambiente LTDA; Denúncia com Pedido de Cautelar; em desfavor do Secretário Municipal de Saneamento de Belém – SESAN - Belém; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua Decisão Monocrática em Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art. 144 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. Após amplo debate sobre o tema, o Conselheiro Aloísio Chaves pediu a palavra para sugerir ao Relator o estabelecimento do prazo máximo de 12 (doze) meses para a conclusão do procedimento licitatório visando a contratação de nova empresa para executar os serviços de coleta de lixo e limpeza urbana, nos termos fixados pela Lei de Licitações, sob pena de responsabilização do Responsável, por omissão. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra e assim manifestou-se: *"Considerando os termos dos presentes autos e, ainda, com especial atenção aos termos da decisão monocrática irretocavelmente adotada pelo ilustre Conselheiro Sérgio Leão, trago algumas breves considerações, para as quais me sinto solidamente convicta, uma vez que a matéria em debate foi previamente encaminhada à Ouvidoria, pela Denunciante, para além de apreciada neste Plenário,*



681 nos termos da consulta de minha relatoria, a qual deu ensejo a aprovação do Pré-Julgado de Tese nº
682 012/2015. Preliminarmente, vejo-me no dever Institucional de consignar manifestação de repúdio às
683 declarações apresentadas, na data de hoje, pelo Promotor de Justiça Raimundo Moraes, onde atacando a
684 soberania deste Tribunal de Contas, consignada na legítima e apropriada medida cautelar determina pelo
685 Conselheiro Sérgio Leão, vem fazer surreal defesa as atitudes da denunciada. Isto porque, ao defender
686 contratações emergenciais, onde inexistia situação autorizadora, pauta seu entendimento em razões outras,
687 que não a própria lei, lei esta que o mesmo parece igualmente ignorar, quando esqueceu das competências e
688 atribuições desta Corte de Conta, na apreciação da matéria em debate. Deixando de lado o equivocado
689 entendimento do nomeado Promotor, o qual se arvora na competência de determinar contratações
690 emergenciais, ao arrepio de entendimento já consignado nesta Corte de Contas, passo a corroborar com a
691 medida cautelar, objetivando sua homologação Plenária. Como se vislumbra do art. 74, da LC n.º
692 084/2012, são medidas cautelares, **ALÉM DE OUTRAS DE CARÁTER URGENTE**, aquelas enumeradas nos
693 incisos I e III, que sucedem ao caput, no que fica a premente certeza de que tal rol é exemplificativo,
694 cabendo ao Relator e, por conseguinte, ao Plenário, a busca das medidas que deem efetividade aos fins
695 pretendidos, dada a compreensão que tais medidas buscam, de forma provisória e acautelatória, **"amparar**
696 **direito ameaçado que, se não resguardado com urgência, pode se perder em decorrência de**
697 **acometimento de dano grave de difícil reparação"**. O nobre relator, com precisão e rigor, já consignou
698 em sua decisão monocrática o atendimento dos requisitos legais exigidos quanto ao *fumus boni juris* e
699 *periculum in mora*, com vistas a acautelar os direitos tutelados, numa tentativa de evitar iminentes danos que
700 venham causar lesão à Administração Pública ou a terceiros, por atos ilegais dos gestores ou terceiros
701 responsáveis, bem como, em macular e desatender à decisão deste TCM-PA. Neste sentido, vale, remeter aos
702 termos do art. 144, do RITCM-PA, o qual cristalinamente informa desta possibilidade, **"no curso de qualquer**
703 **apuração, o Tribunal Pleno ou o Relator, havendo fundado receio de grave lesão ao Erário ou de**
704 **risco de ineficácia da decisão de mérito"**. Assim, a cautelar apresentada garante a efetividade da decisão
705 de mérito e, mais ainda, repito, o respeito ao posicionamento deste Colegiado, nos termos do **Pré-Julgado**
706 **de Tese n.º 012/2015**. Ademais, vale ainda lembrar, do princípio legal que aduz que ninguém pode se
707 beneficiar de sua própria torpeza. In casu, não pode a SESAN, ora denunciada, se beneficiar, escolhendo
708 empresas e contratando emergencialmente, quando concorreu diretamente pra situação emergencial, uma vez
709 que não adotou tempestiva e regularmente, todos os atos necessários a conclusão de certame, sob o qual
710 emergem mais dúvidas do que certezas, dadas as consistentes impugnações que já chegaram, inclusive, ao
711 conhecimento desta Conselheira, por meio de processo encaminhado à Ouvidoria do TCM. Vale lembrar que a
712 cautelar não existe por si só ou para dar efetividade exclusiva ao que determina, reverberando, lado outro, na
713 certeza e fortalecimento desta Corte de Contas e na expressa vinculação à Lei, para a qual o denunciado não
714 pode alegar desconhecimento, tal como aparentemente o fez, quando deixou de adotar os procedimentos
715 necessários a conclusão da Concorrência Pública n.º 08/2015, citada pelo Denunciante. O caráter impositivo e
716 restritivo da presente cautelar, nos termos consignados, encontra lastro de fato e de direito, em toda a
717 situação desposada pelo Denunciante, sendo medidas imprescindíveis à garantia da segurança jurídica e, por
718 conseguinte, do respeito e efetividade às decisões deste TCM-PA. Extrai-se, do entendimento consignado pelo
719 C.STF, conforme ressalta TATIANA DE OLIVEIRA TAKEDA ¹ (TCE-GO) **"que a produção de medidas**
720 **cautelares é inerente ao exercício das atribuições imputadas aos Tribunais de Contas pela**
721 **CF/1988, sendo-lhe um instrumento válido, e muitas vezes até mesmo indispensável, para obviar**
722 **a frustração de sua atuação"**. No mesmo sentido, o **Ministro GILMAR MENDES**, mais recentemente,
723 proferiu decisão na Suspensão de Segurança nº 3.789/MA que tratava de ação impetrada pelo TCE-MA, contra
724 deliberação do Tribunal de Justiça daquele Estado, o qual tornara sem efeito medida cautelar proferida pela



Corte de Contas: "1. Omissis. 2. (...) O TCE pretende *lhe* seja reconhecida competência constitucional, para, diante de fundado receio de lesão à ordem jurídica, expedir medidas cautelares, tendentes a prevenir gravames ao erário e a garantir a efetividade de suas decisões (...). São conclusões que de todo convém à espécie, pois, no caso, sob pretexto de que a 'Corte de Contas Estadual não detém função jurisdicional típica' (fls. 23), o que é truísmo, o ato ora impugnado, cassando-lhe a eficácia da ordem de suspensão dos decretos e dos respectivos convênios, a princípio tidos por danosos ao tesouro estadual, aniquilou na prática, à primeira vista, **a competência fiscalizatória que a Constituição Federal outorgou àquele órgão e que, como é óbvio, só pode exercida, se lhe sejam assegurados os meios que a garantam e tornem efetiva.** 3. Do exposto, defiro o pedido de suspensão de segurança, para suspender os efeitos da decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 10363/2009, inclusive no que respeita à proibição da Corte de Contas Estadual determinar suspensão de atos análogos." Destaco, dado o grande acerto do posicionamento do TCE-MG, a compreensão exarada em publicação daquela Corte de Contas, que transcrevo: (<http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1531.pdf>) **"A decretação de medidas cautelares pelos tribunais de contas é instituída pelo ordenamento jurídico para garantir a efetividade da ação de controle e/ou prevenir a ocorrência de lesão ao erário ou a direito alheio.** Tais medidas podem ser instauradas de ofício ou por provocação, em todos os processos sujeitos a julgamento." (Grifo Nosso). Destaco ainda, que os requisitos que balizam a aplicação das medidas cautelares, destacadamente o *fumus boni juris* e *periculum in mora*, foram fartamente indicadas pela Denunciante e corretamente ratificados pelo Relator, no que resta possível a sua aplicação, inaudita altera pars, ou seja, sem a oitiva do ordenador denunciado e, por conseguinte, sem que o mesmo tenha exercido o contraditório e a ampla defesa, no que me sinto, ainda mais confortável para aplicá-las, quando o entendimento foi consubstanciado em prévio julgamento deste TCM-PA, na forma do já citado Pré-Julgado de Tese. Uma vez convencido este Colendo Plenário, pela homologação das medidas cautelares, monocraticamente indicadas pelo Relator, cumpra-nos dar efetividade a tal decisão, no que sirvo-me, ainda, do irretocável voto proferido pelo Ministro CELSO DE MELO, nos autos do MANDADO DE SEGURANÇA 24.510-7 DISTRITO FEDERAL, onde cita as lições de RUI BARBOSA 3 pelo que transcrevo: 3 "Comentários à Constituição Federal Brasileira", vol. I/203-225, coligidos e ordenados por Homero Pires, 1932, Saraiva. "Não são as Constituições enumerações das faculdades atribuídas aos poderes dos Estados. Traçam elas uma figura geral do regime, dos seus caracteres capitais, enumeram as atribuições principais de cada ramo da soberania nacional e **deixam à interpretação e ao critério de cada um dos poderes constituídos, no uso dessas funções, a escolha dos meios e instrumentos com que os tem de exercer a cada atribuição conferida. A cada um dos órgãos da soberania nacional do nosso regime, corresponde, implicitamente, mas negavelmente, o direito ao uso dos meios necessários, dos instrumentos convenientes ao bom desempenho da missão que lhe é conferida.** Nos Estados Unidos, é, desde MARSHALL, que essa verdade se afirma, não só para o nosso regime, mas para todos os regimes. Essa verdade fundada pelo bom senso é a de que - **em se querendo os fins, se hão de querer, necessariamente, os meios; a de que se conferimos a uma autoridade uma função, implicitamente lhe conferimos os meios eficazes para exercer essas funções.** (...). Quer dizer (princípio indiscutível) que, **uma vez conferida uma atribuição, nela se consideram envolvidos todos os meios necessários para a sua execução regular.** Este, o princípio; esta, a regra. Trata-se, portanto, de uma verdade que se estriba ao mesmo tempo em dois fundamentos inabaláveis, fundamento da razão geral, do senso universal, da verdade evidente em toda a parte - **o princípio de que a concessão dos fins importa a concessão dos meios (...).** A questão, portanto, é saber da legitimidade quanto ao fim que se tem em mira. **Verificada a legitimidade deste fim, todos os meios que forem apropriados a ele, todos os meios que a ele forem claramente adaptáveis, todos os meios que não forem proibidos**



769 **pela Constituição, implicitamente se têm concedido ao uso da autoridade a quem se conferiu o**
770 **poder."** (grifei) Indiscutível, portanto, que uma vez assentadas a competência/atribuição para aplicação das
771 medidas cautelares pelo TCM-PA e a legitimidade do fim a que se destinam (garantia de recomposição do
772 erário e da efetividade de execução das decisões), cabe-nos buscar a execução das mesmas pelos meios que
773 garantam sua concreta efetivação, pois como dito, "**uma vez conferida uma atribuição, nela se**
774 **consideram envolvidos todos os meios necessários para a sua execução regular". ESTE, O**
775 **PRINCÍPIO; ESTA, A REGRA!** Por todo o exposto acompanho, à integralidade o posicionamento
776 monocrático adotado pelo Ilustre Conselheiro vislumbrando que o caminho trilhado é o único legítimo e
777 suficiente, para a busca da persecução pretendida na presente denúncia. Proponho, ainda, com vistas a
778 garantir o atendimento e respeito esperados à decisão soberana deste Colendo Plenário, que seja fixada multa
779 diária, a ser arbitrada por este Colegiado, em caso de descumprimento da decisão proferida por meio de
780 decisão monocrática e, agora, com a esperada homologação, nos termos do art. 283, do RI/TCM-PA (Ato n.º
781 16/2013)". **Em votação:** o Conselheiro Relator acatou a recomendação feita pelo Conselheiro Aloísio
782 Chaves no que diz respeito a fixação de prazo e responsabilização do Ordenador por omissão, bem
783 como a sugestão apresentada pela Conselheira Mara Lúcia que fixou o valor de R\$-50.000,00
784 (cinquenta mil reais), à título de multa diária, pelo descumprimento da decisão, no que foi
785 acompanhado pelos demais Conselheiros. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à
786 **unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar adotada (Resolução nº 11.957). Presidência
787 do Conselheiro Cezar Colares. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** Presidência do Conselheiro Cezar
788 Colares. Ausência do Conselheiro Daniel Lavareda. O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para
789 relembrar a realização das Sessões Extraordinárias que ocorrerão nos próximos dias 01, 02 e 03 de
790 julho, que constam com a inclusão de 200 processos já pautados, quase todos referentes a
791 prestações de contas. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**
792 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às treze horas e
793 cinquenta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
794 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em trinta de junho de dois
795 mil e quinze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão